Recebido: 03/12/2024 | Revisado: 17/01/2025 | Aceito: 30/01/2025 | Publicado: 05/04/2025

This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 Unported License.

DOI: 10.31416/rsdv.v13i1.1283

A Libras como comunicação alternativa no auxílio de crianças com transtorno do espectro autista

Libras as an alternative form of communication to help children with autism spectrum disorder

DIAS, Gabriela Ribeiro. Licencianda em Pedagogia

Universidade de Pernambuco - Petrolina. Rodovia BR 203, Km 2, s/n, Vila Eduardo, Petrolina, Pernambuco - Brasil. CEP: 56328-900 / Telefone: (87) 9.8844.3275 / E-mail: gabriela.ribeiro@upe.br / ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-8062-5117>

SILVA, Rita Daniely de Moura. Mestranda em Tradução

Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis. R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n, Trindade, Florianópolis, Santa Catarina - Brasil. CEP: 88040-900 / Telefone: (87) 9.9601.5998 / E-mail: rita.dmsilva@upe.br / ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-8858-009X>

MACEDO, Michela Caroline. Doutora em Educação Matemática e Tecnológica

Universidade Federal de Pernambuco - Recife. Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife - Pernambuco - Brasil. CEP: 50670-901 / Telefone: (81) 9.9726.1380 / E-mail: michela.macedo@upe.br / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0671-1191>

RESUMO

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB n° 9394/96) define a educação especial como uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das crianças com necessidades educacionais específicas. Neste contexto, os educandos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) são um exemplo, no qual a Comunicação Alternativa (CA) se faz essencial como uma forma de comunicação. Assim, o objetivo geral deste trabalho é apresentar a possibilidade do uso da Libras como CA no auxílio de crianças com TEA a partir de estudos científicos. O interesse pela temática surgiu através da convivência com uma criança não-verbal diagnosticada com TEA no ambiente do estágio, despertando o interesse pela aplicação prática da Libras. A metodologia adotada se baseia em uma pesquisa bibliográfica, utilizando bases de dados como SciELO, CAPES, Google Acadêmico e BDTD, e descritores como autismo, TEA, Libras, língua de sinais, Comunicação Alternativa, inclusão, Educação Inclusiva, gestos e expressões faciais. Os resultados indicam uma tendência positiva no uso da Libras como CA, embora haja um número incipiente de pesquisas nacionais relacionadas à temática. O artigo visa contribuir com o conhecimento de educadores e da sociedade, destacando como a Libras pode ser uma ferramenta valiosa no suporte a alunos com TEA, ou qualquer outro transtorno que afete a comunicação e a socialização.

Palavras-chave: CA para pessoas com TEA, inclusão de alunos com TEA, educação inclusiva.

ABSTRACT

The Law of Guidelines and Bases (LDB no. 9394/96) defines special education as a teaching modality that aims to promote the development of the potential of children with special educational needs. In this context, students with autism spectrum disorder (TEA) are an example, in which Alternative Communication (CA) is essential as a form of communication. Thus, the general objective of this work is to present the possibility of using Libras as a CA to help children with TEA based on scientific

studies. The interest in the topic arose through living with a non-verbal child diagnosed with TEA in the internship environment, sparking interest in the practical application of Libras. The methodology adopted is based on bibliographical research, using databases such as SciELO, CAPES, Google Scholar and BDTD, and descriptors such as autism, TEA, Libras, sign language, Alternative Communication, inclusion, Inclusive Education, gestures and facial expressions. The results indicate a positive trend in the use of Libras as CA, although there is an incipient number of national research related to the topic. The article aims to contribute to the knowledge of educators and society, highlighting how Libras can be a valuable tool in supporting students with TEA, or any other disorder that affects communication and socialization.

Keywords: CA for people with TEA, inclusion of students with TEA, inclusive education.

Introdução

A linguagem é o fator de interação da criança com os outros e com o meio social que as cerca, sendo de extrema importância para o desenvolvimento de todos nós, pois, é através dela que podemos compreender e nos transformar como sujeitos ativos e sociais (Goldfield, 2002). Sendo assim, a ausência da fala pode vir a gerar danos psicológicos e comportamentais que virão a originar desvantagens para essa criança no seu meio social, bem como na interação em sala de aula.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno neurológico conhecido por afetar, em especial, a socialização e a comunicação de quem possui o diagnóstico (DSM-5, 2014). Devido a este *déficit* e as dificuldades causadas, crianças com TEA, a depender do grau de dependência e/ou necessidade de suporte, não conseguem se comunicar devidamente. As crianças com TEA apresentam linguagem imatura, ecolalia, dificuldades de contextualização, assim como, as pessoas ao seu redor não conseguem entender a mensagem que essa criança está tentando passar (Silva, 2012). Como alternativa, autores e pesquisadores vêm sugerindo possibilidades que podem ser utilizadas como estratégias para facilitar a comunicação, como por exemplo, a Comunicação Alternativa (CA).

O sistema de Comunicação Alternativa busca ensinar um código diferente do oral, mas que possui a mesma finalidade: de se expressar, comunicar, a fim de interagir com o meio social, sendo capaz de manifestar seus desejos e sentimentos. Nesta pesquisa, refletimos sobre o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como uma CA, mesmo sendo uma língua e não um código. A escola se estabelece como o primeiro mecanismo de interação da criança com a sociedade fora do ambiente familiar, possibilitando que elas vivenciem diferentes situações de comunicação, contribuindo no processo de aquisição da linguagem. Ou seja, embora esse transtorno possa gerar comprometimentos no desenvolvimento, essas crianças podem se beneficiar de estratégias pedagógicas adequadas às suas necessidades sociais e comunicativas.

A motivação de pesquisa surgiu a partir da falta de estratégias disponíveis, visando a comunicação com crianças com TEA, uma dificuldade que foi apontada a partir da convivência com uma criança autista não-verbal durante a realização de um estágio não-obrigatório, vivenciado pela autora principal deste artigo no ano de 2024. O aluno em questão, tinha 6 anos na época e estava adentrando no ambiente escolar pela primeira vez. A criança não socializava com os demais colegas, brincava de forma isolada e não se comunicava de forma fluída - apenas algumas palavras ditas por ele eram compreensíveis. Assim, a presente pesquisadora, na condição de pedagoga, considera importante ressaltar que a criança citada não possuía nenhum tipo de acompanhamento profissional, o que demanda mais atenção, planejamento e uma formação docente continuada.

O problema de pesquisa levantado a partir desta vivência foi: É possível propor a Libras, que é identificada como uma língua gestual-visual, como um instrumento de comunicação, considerando as características que um aluno com TEA apresenta? O objetivo geral desta pesquisa foi apresentar a possibilidade de uso da Libras como comunicação alternativa no auxílio de crianças com TEA a partir de estudos científicos.

Esta pesquisa pode ser relevante no auxílio tanto de profissionais da educação quanto de familiares de pessoas afetadas por quaisquer transtornos, mas em particular, o Transtorno do Espectro Autista. Vale ressaltar também, a escassez de literaturas que abordam a Libras como ferramenta de Comunicação Alternativa, visando chamar a atenção para que mais autores deem a devida visibilidade a este assunto, que é tão importante.

A seção seguinte, discute a revisão bibliográfica considerando os conceitos de TEA, Libras e CA que são base para esta pesquisa. A terceira seção, aborda a metodologia do trabalho de cunho qualitativo, considerando a pesquisa bibliográfica. A quarta e penúltima seção, dialoga sobre as análises e as conclusões dos artigos analisados neste artigo. Por fim, traremos as considerações finais sobre o tema abordado.

O Transtorno do espectro autista e a relação com a Libras como potencial de aprendizagem

A comunicação humana pode acontecer de formas diversas. Nem sempre se dá através da linguagem verbal (falada ou sinalizada). Por exemplo, quando duas pessoas não falam a mesma língua, elas buscam encontrar outros meios para se comunicarem, como gestos ou desenhos. A capacidade de nos comunicarmos é considerada como a fundação da humanidade. É por esse motivo que nós, seres humanos, estamos em um processo constante de mudança quando se trata dos métodos de comunicação. No entanto, como observado, por exemplo, em pessoas com TEA, uma comunicação totalmente eficaz pode, por vezes, não ser estabelecida.

Esse transtorno foi inicialmente identificado com o termo “autismo”, sendo utilizado, pela primeira vez, em 1908 por Eugen Bleuler. O médico designou este termo para se referir à falta da linguagem comunicativa em pessoas com psicopatia endógena, então, foi considerado como um sintoma destas psicopatias. Bleuler constatou que os autistas vivem em um mundo paralelo, distante da realidade (Dias, 2015; Fieira, 2017).

Após Bleuler, outros pesquisadores como Leo Kanner (1943) e Hans Asperger (1944) surgiram com novas terminologias para o termo “autismo” a fim de desvincular este das psicopatias. No entanto, o termo não passou a ser tratado de forma individual, sendo assim, as causas, as características e as estratégias para o desenvolvimento das pessoas afetadas permaneceram desconhecidas por bastante tempo.

Em 2012, o autismo foi incluído em uma gama maior, o Transtorno do Espectro Autista ou TEA. Nos dias de hoje, muitas crianças e adultos vêm sendo diagnosticados com esse transtorno, o qual abrange aspectos neurológicos e biológicos que exercem uma influência considerável na comunicação. Dentre as suas características estão a ecolalia, os movimentos repetitivos e as estereotípias. A Classificação Internacional de Doenças (CID-10) traz as estereotípias motoras como movimentos intencionais, repetitivos, ritmados, estereotipados e necessitados de intenções, ou seja, não possuem sentido e significado.

No Brasil, foi a partir da década de 1960 que os estudos relacionados ao transtorno surgiram, no entanto, foi em 1980 que houve um crescimento notável nas pesquisas e quando o TEA foi descrito no Manual de Transtornos Mentais (DSM-III, 1980) como um distúrbio de desenvolvimento. Em 1990, o autismo foi incluído na CID-10 da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Em dezembro de 2012, foi sancionada a Lei 12.764, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista ou Lei Berenice Piana, em homenagem a coautora da lei e fundadora da primeira clínica/escola para autistas no país, localizada no Rio de Janeiro. Foi através desta lei que os direitos sociais das pessoas com TEA foram reconhecidos, no que se refere ao acesso a serviços de saúde, educação e participação social. O transtorno passou a ser visto como uma deficiência, então, todos os direitos assegurados às demais deficiências de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), passaram a ser das pessoas com esse transtorno também. A partir desta lei, surgiu ainda, o interesse na criação de políticas públicas voltadas para pessoas com TEA.

Como abordado anteriormente, o TEA está dentro de um extenso grupo de transtornos que afetam aspectos da vida social, em particular a comunicação de quem possui o diagnóstico. Silva (2020, p. 181-182) traz que “os prejuízos observados no TEA estão relacionados à repetição de palavras ou frases, erro na colocação pronominal ao se referir a si mesmo na terceira pessoa, assim como erros na conjugação de verbos e no uso de adjetivos”.

A repetição mecânica de termos, frases ou sons em geral, que as crianças ouvem e repetem de forma constante é chamada de ecolalia. Apesar de ser considerada uma característica do TEA, Mergl e Azoni (2015) afirmam que é importante ressaltar que a ecolalia, muitas vezes, é encontrada no processo normal de aquisição de linguagem e o que a diferencia da patológica é que esta é contínua e persistente. Assim, a ecolalia se torna uma característica do TEA quando perdura além dos dois anos de idade. Isso pode ser observado quando conversamos com a criança e ela responde ao que foi perguntado reproduzindo exatamente o que ouviu, por exemplo.

Então, é possível notar que as crianças com este transtorno apresentam dificuldades de se expressar através da linguagem verbal ou não-verbal, sendo assim, é essencial encontrar ferramentas, de brinquedos a recursos digitais, que chamem a atenção desse público, pois o importante é que estes indivíduos possam estabelecer a comunicação.

O autismo é um espectro e faz parte dele pessoas que não se comunicam verbalmente, mas podem compreender os outros e se expressar de inúmeras maneiras, como a escrita. Uma pessoa não precisa ser oralizada para ser capaz de se comunicar. As pessoas que falam línguas diferentes, por exemplo, precisam encontrar formas para estabelecer a comunicação. A comunidade surda brasileira se comunica através da Libras, que apresenta outra modalidade de língua (a gestual-visual) e, comumente, faz uso de outras estratégias para se comunicar com as pessoas ouvintes.

No caso de crianças ouvintes não-verbais, a utilização da Libras, que é uma língua oriunda das comunidades surdas (Brasil, 2002), pode se constituir como ferramenta importante para ampliar a comunicação entre as crianças com TEA e demais transtornos como, por exemplo, a Síndrome de Down (Silva, 2019). Em ambos os transtornos, as crianças desenvolvem a linguagem mais tardiamente.

Ressaltamos que para as pessoas com TEA, o diagnóstico e a escolha de um mecanismo adequado de comunicação devem ser precisos e corretos, realizados a partir da observação dos sintomas apresentados por um profissional capacitado. Consideramos, neste artigo, que a Libras pode ser um dos mecanismos importantes entre as crianças com TEA, pois estas podem usar da indicação visual para estabelecer uma comunicação acessível no meio que estão inseridas.

O artigo 74, da lei 13.146/15, afirma que “é garantido à pessoa com deficiência acesso a produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços de tecnologia assistiva que maximizem sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida” (Brasil, 2015). Nesse sentido, a Libras pode ser uma estratégia viável, pois as crianças podem usar da sua modalidade gestual-visual para estabelecer uma comunicação significativa.

A partir do trabalho com alunos surdos, e conhecendo os benefícios da Libras, uma coautora desta pesquisa, professora e intérprete de Libras, em busca de uma relação entre a Língua de Sinais e a Síndrome de Down (SD), conheceu o Makaton. Este, foi desenvolvido na Inglaterra pela pesquisadora Margaret Walker - e dois amigos, Kathy Johnston e Tony Cornforth (a união das iniciais dos três nomeia o programa) e que utiliza simultaneamente imagens, símbolos, fala e língua de sinais para auxílio no desenvolvimento da linguagem de crianças, não só das que têm deficiência.

Silva (2019) concluí que:

[...] o Makaton é adaptável à realidade de qualquer país, sendo um caminho rumo à comunicação eficiente e, a Libras, como componente daquele, constitui-se em uma possibilidade comunicativa primeira. Além disso, contrariando o senso comum, o aprendizado de uma língua de sinais não dificulta o aprendizado de uma língua oral, mas auxilia. Sejam surdos, sejam ouvintes, sejam pessoas com autismo ou com Síndrome de Down, sejam pais ou vizinhos, acreditamos que podemos usar a Língua de Sinais para expressar o que sentimos, o que precisamos ou queremos. (Silva, 2019, p. 3-4).

O Makaton é uma estratégia disseminada internacionalmente que usa a língua de sinais do país associada a outras ferramentas, então acreditamos que Língua Brasileira de Sinais também pode ser usada dessa maneira não só quando aplicada dentro da comunidade surda, mas também com indivíduos que apresentam defasagem na sua oralidade.

Avila, Passerino e Tarouco (2013) trazem que, na busca pela superação de barreiras impostas a indivíduos que sofrem por conta de transtornos físicos/cognitivos, o homem buscou desenvolver tecnologias visando auxiliar e suprir as necessidades desencadeadas por estes transtornos. Essas tecnologias são chamadas de Tecnologias Assistivas (TAs) e foram definidas pelo Comitê de Ajudas Técnicas da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência como uma área do conhecimento de caráter interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços visando promover a inclusão social de Pessoas com Deficiência (PCDs).

Dentre as TAs, encontra-se a Comunicação Alternativa (CA), definida pela *American Speech-Language-Hearing Association* (ASHA), como uma diversidade de técnicas para auxiliar no desenvolvimento do letramento e da oralidade de pessoas que apresentam atrasos na linguagem devido a quaisquer transtornos.

Na literatura da área, são usados diferentes termos para designar a Comunicação Alternativa: Comunicação Alternativa e Ampliada ou CAA (Nunes,

2003), Comunicação Suplementar e Alternativa ou CSA (Deliberato *et al.*, 2006) ou ainda Comunicação Alternativa e Facilitadora (Gonçalves *et al.*, 1997). Todas elas têm um objetivo em comum que é de suplementar a fala, quando o sujeito já apresenta uma certa habilidade para se comunicar, ou substituí-la, quando a linguagem oral não consegue se desenvolver.

Nunes (2003) também traz que a CA, no ambiente escolar, carrega muitos questionamentos e dificuldades no que concerne a prática docente. Isso acontece porque, durante sua formação acadêmica, os futuros docentes não recebem orientações suficientes para estruturar suas metodologias de forma inclusiva, o que dificulta a inclusão dos alunos que necessitam do auxílio das TAs. Recurso este, que para o desenvolvimento da aprendizagem, pode garantir uma acessibilidade mais ampla às pessoas com necessidades educacionais específicas, contribuindo para evolução e valorização do sujeito perante a escola e a sociedade. Então, é essencial buscar adaptar o currículo para atender aos alunos sem distinção de práticas pedagógicas, buscando incluir a todos nas atividades desenvolvidas em sala de aula.

A Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabelece em seu Art. 27:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurando sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015).

Por isso, o uso da tecnologia voltada para a CA, apresenta uma grande importância para a interação social daqueles indivíduos que precisam de recursos para que possam atuar como cidadãos igualmente funcionais perante a sociedade. Então, partindo do ponto que nós nos comunicamos predominantemente através da linguagem oral e que, pessoas que apresentam atrasos para estabelecer esse tipo de comunicação podem se sentir restringidas, incapazes ou até mesmo excluídas das relações sociais devido a tal dificuldade, surgiu o interesse em realizar a pesquisa com a intenção de elencar a necessidade do uso de Tecnologias Assistivas, em específico a Comunicação Alternativa, como mecanismo para o auxílio na aprendizagem de alunos com necessidades específicas, em particular o TEA, possibilitando um melhor desenvolvimento destes discentes.

A CA possibilita ao alunado formas de comunicação e interação com a sociedade de modo geral e permite ao indivíduo maior segurança, independência e qualidade de vida. Pelosi (2010, p. 17) define a CA como “[...] um grupo integrado de componentes que inclui os símbolos, os recursos, as estratégias e as técnicas adaptadas que vão auxiliar as pessoas com dificuldades comunicativas e/ou escrita a se comunicarem e a participarem de suas atividades diárias”.

A inserção dessas técnicas corrobora com um processo educacional mais igualitário. Na sala de aula, as propostas educacionais deixam de ser engessadas e passam a contemplar todos os estudantes. Nessa perspectiva, espera-se que o docente sinta maior segurança em utilizar as ferramentas (um exemplo é a prancha de comunicação que pode contar com fotografias, desenhos, ou também imagens confeccionadas, com ou sem legendas, alfabeto, números e quaisquer outros elementos necessários para efetivar a comunicação) em sala de aula, ampliando seus conhecimentos e quebrando barreiras, na busca de novas metodologias e estratégias, atendendo aos estudantes de forma linear.

Visando a construção de um ambiente escolar que respeita a diversidade, onde a inclusão é essencial para o desenvolvimento educacional pleno de todos os seus estudantes, a equipe escolar deve atender a seus estudantes, levando em conta suas dificuldades e particularidades, em busca de melhorias constantes. O Ministério da Educação (Brasil, 2006) afirma que é necessário que a escola repense seu processo de escolarização, que sejam realizadas adaptações no currículo (material didático, metodologia e recursos) e que sejam desenvolvidas propostas pedagógicas específicas para atender aos estudantes que apresentam necessidades educacionais específicas. A inclusão é a base sobre a qual a sociedade reconhece e garante os direitos das pessoas com deficiência, assegurando que estas, possam estudar em escolas comuns, possam conversar e compartilhar os mesmos espaços sociais que os outros usufruem, respeitando sempre a diversidade sociocultural.

Concluimos então, que a CA é uma subárea das Tecnologias Assistivas e envolve recursos alternativos que visam favorecer as pessoas sem fala funcional, com diferentes possibilidades de comunicação. O uso da Comunicação Alternativa para estabelecer a comunicação de pessoas com TEA vem apresentando resultados positivos, como melhora no desenvolvimento da comunicação.

Material e métodos

Buscamos elencar artigos e documentos acadêmicos que relatam o uso da Libras como CA no auxílio de alunos com TEA, levantando a bibliografia sobre a temática de Libras como Comunicação Alternativa para pessoas com TEA. A pesquisa foi realizada entre janeiro e maio de 2024, nas bases de dados: SciELO, CAPES, *Google Acadêmico* e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Para a busca nas bases de dados de pesquisa foram utilizados os seguintes descritores: autismo, TEA, Libras, língua de sinais, Comunicação Alternativa, inclusão, Educação Inclusiva, expressões faciais e gestos – o termo gestos foi incorporado à busca após notarmos seu uso em um dos textos encontrados.

A plataforma SciELO não apresentou resultados quando pesquisados os descritores acima citados, por isso, foi eliminada. O mesmo aconteceu na plataforma CAPES. A partir disso, foi feita uma pesquisa mais ampla no *Google Acadêmico* e, por fim, pesquisamos na plataforma BDTD. Para seleção dos estudos pertinentes ao propósito da pesquisa, foram critérios de inclusão de trabalhos acadêmicos que incluem a abordagem da Comunicação Alternativa, sempre citando a Libras como uma das possibilidades e seus resultados. Então, os textos foram lidos na íntegra e suas informações mais importantes compõem o *corpus* deste trabalho, conforme o quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - Descrição dos estudos científicos encontrados na pesquisa realizada em 2024.

TÍTULO E AUTOR(ES) / ANO DE PUBLICAÇÃO	BASE DE DADOS	ABORDAGEM
Texto 1 - 2011 Relato de caso: descrição da evolução da	<i>Google Acadêmico</i>	A abordagem utilizada neste relato de caso foi o <i>Picture Exchange Communication System</i> ou Sistema de Comunicação por Trocas de Figuras

<p>comunicação Alternativa na pragmática do adulto portador de autismo - Patrícia Reis Ferreira; Eny Viviane da Silva Teixeira; Denise Brandão de Oliveira e Britto.</p>		<p>(PECS sigla americana) - Adaptado. As autoras trazem que no início da pesquisa o aluno solicitava apenas três itens do seu interesse através da Fala Sinalizada. A partir do estudo, foram utilizadas duas ferramentas concomitantes, partindo do princípio que o PECS - Adaptado deveria ser priorizado para itens que a sinalização em Libras fosse de difícil adaptação, ou para sinais com os quais o sujeito da pesquisa não apresentou sucesso com a fala sinalizada. Os símbolos escolhidos foram escolhidos a partir dos gostos e necessidades do sujeito, baseado em relatos da mãe e de profissionais.</p>
<p>Texto 2 -2014 Introdução de Libras em adolescente com autismo: relato de caso - Karina Costa Sales; Renata Elias Antonio.</p>	<p>Google Acadêmico</p>	<p>Nesse artigo, as autoras trazem o estudo de caso de uma menina de treze anos, denominada K.C, diagnosticada com TEA que possuía um repertório comunicativo limitado a alguns sinais caseiros. Após quase um ano e meio de intervenções, e com a introdução da Libras como CA, K.C começou a se comunicar de forma mais espontânea, embora precisasse de estímulos em determinados momentos.</p>
<p>Texto 3 - 2019 AUTISMO E SURDEZ: uma análise das estratégias de comunicação e autoeficácia docente em escolas bilíngues para surdos - Raquel Aparecida Lopes</p>	<p>BDTD</p>	<p>Em sua tese, Lopes traz o estudo realizado por Carr <i>et al</i> (1978), que tem o objetivo de ensinar crianças com autismo não-verbal a adquirirem a Língua de Sinais Americana (ASL). Nesses estudos, foram realizados dois tipos de sessões experimentais: sessões de treinamento e sessões de teste. Durante as sessões de treinamento, cada criança foi ensinada o rótulo de sinalização para cinco alimentos comuns até que um critério de desempenho fosse alcançado. Em seguida, foram realizadas sessões de teste onde cada criança foi presenteada com todos os cinco objetos alimentares para avaliar o efeito do treinamento e os procedimentos sobre assinatura correta. A seguir, durante um segundo</p>

		<p>conjunto de sessões de treinamento, conduzidas como acima, cada criança aprendeu o sinal para um segundo objeto alimentar e depois uma discriminação entre os dois objetos. Depois deste adicional de treinamento, outro conjunto de sessões de teste foi administrado. Sessões de treinamento e teste alternadas de maneira que os sinais dos cinco objetos fossem adquiridos.</p> <p>No Brasil, estudos sobre as possibilidades da Libras como CA são escassos, no entanto, a autora traz as Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos (EMEBS) e escolas regulares polos de atendimento inclusivos e bilíngues para surdos que vêm atendendo cada vez mais alunos com TEA, cegueira ou Síndrome de Down com surdez associada. Nessas escolas, a língua principal é a Libras, enquanto a Língua Portuguesa se situa na modalidade escrita. Dado que, nessas escolas existem alunos com diversos tipos de especificidades, a Libras se torna para as crianças ouvintes com dificuldades na fala oral, uma forma de Comunicação Alternativa.</p>
<p>Texto 4 -2020</p> <p>Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a linguagem: a importância de desenvolver a comunicação - Elieuzza Andrade Meneses e Silva.</p>	<p>Google Acadêmico</p>	<p>Em seu artigo, a autora descreve um sujeito nomeado B., sexo masculino 20 anos, e com o diagnóstico de autismo. Ele não possuía comunicação verbal estabelecida, apresentava dificuldade em compreender ordens, de concentração e de atenção visual. Utilizava de meios vocais e gestuais para estabelecer a interação. Foram utilizados como CA, o PECS e a Fala Sinalizada. O PECS consiste no uso de imagens com atividades a serem realizadas como: se alimentar, usar o banheiro, lavar as mãos. Então, as crianças trocam as cartas pelas atividades que estas apresentam. A Fala Sinalizada consiste no uso simultâneo da fala e de um gesto</p>

		<p>correspondente, que pode ser uma adaptação do sinal utilizado na Língua de Sinais.</p> <p>Tais métodos foram eleitos, pois B. já utilizava a fala sinalizada em situação de treino, desde 1999 e vinha demonstrando pequenos avanços neste método, o que justificava a não retirada deste para introdução de novos métodos. O PECS foi selecionado por ser um sistema de comunicação que exige a troca do cartão, logo, estimula a intenção em se comunicar.</p>
--	--	---

Fonte: elaborado pelas autoras, 2025.

Os textos 1 e 4 trazem o sistema de PECS juntamente com a Fala Sinalizada que consiste no uso concomitante de gestos - que podem ser derivados de sinais utilizados na Libras – e da fala. O texto 2 traz um estudo de caso em que a ferramenta de CA escolhida foi a Libras. No texto 3, a autora aborda em sua tese, alguns autores que trazem a Libras como uma possibilidade de CA. Nessa pesquisa, destacamos o estudo de Carr *et al.* (1978) que traz a Língua Americana de Sinais (ASL) para ensinar crianças com autismo não-verbal a se comunicarem. Além disso, a autora também traz estudos relacionados a escolas brasileiras e a realidade desafiadora dos professores de alunos surdos e alunos surdos com algum transtorno, como TEA ou Síndrome de Down. Ressaltamos que, inicialmente a tese não era um objetivo de análise, mas devido à escassez de estudos sobre a temática, optamos por analisá-la juntamente com os artigos.

Resultados e discussão

Após a leitura e análise dos trabalhos encontrados, o foco se deu na Comunicação Alternativa (CA) como um suporte para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e como a Libras atua como um possível mecanismo de auxílio. Os resultados serão apresentados com base na análise dos trabalhos acadêmicos citados na tabela acima.

No texto 1, Ferreira, Teixeira e Britto (2011) abordam a Comunicação Alternativa ou Suplementar como estratégia. Dentre estas, as autoras trazem o PECS além do sistema de Fala Sinalizada (FS). Porém, a Língua de Sinais propriamente dita, segue uma estrutura própria e não necessariamente vem acompanhada pela fala. Seguindo a linha de pensamento do Makaton, o sistema de Fala Sinalizada, segue a estrutura da linguagem oral não sendo, pois, considerado como Língua de Sinais. O objetivo deste sistema, é que inicialmente, a pessoa se comunique espontaneamente através dos sinais manuais, depois utilize os sinais juntamente à fala e, posteriormente, evolua para a linguagem verbal espontânea e generalizada.

O relato apresentado pelas autoras se refere a um indivíduo do sexo masculino de 20 anos de idade que foi diagnosticado com TEA e não apresenta comunicação verbal estabelecida. É destacado pelas autoras que quando a pesquisa teve início, o sujeito solicitava três itens de seu interesse, apenas em situação de treino, através

da Fala Sinalizada. Segundo relatos do Centro de Formação Atleta Cidadão (CEFAC - BH), o sujeito permaneceu por muito tempo apenas com o primeiro sinal, até que compreendesse a proposta do método.

A partir do início deste estudo, ou seja, da primeira avaliação pragmática, foram utilizados os dois métodos concomitantes, partindo do princípio de que o PECS - Adaptado deveria ser priorizado para aqueles itens em que o sinal utilizado na Libras fosse de difícil adaptação ao método ou para aqueles sinais com os quais o sujeito da pesquisa não obtinha sucesso com o método da Fala Sinalizada. A seleção dos símbolos foi feita a partir dos interesses e necessidades do aluno, baseado nos relatos da mãe e na observação dos profissionais da instituição.

No texto 2, Sales e Antonio (2014) afirmaram que para ampliar o repertório comunicativo do sujeito em questão, buscaram-se os melhores recursos de CA, visando as habilidades dela, considerando que a atendida já se comunicava através de gestos caseiros utilizados no âmbito familiar. As autoras trazem ainda que, os gestos caseiros entraram em processo de extinção após o início da intervenção através da Libras como CA. A importância de um tratamento especializado é essencial, mas é inegável que a presença da família faz toda a diferença na evolução da criança. Com o auxílio dos familiares, pode-se observar com qual metodologia de comunicação a aluna teve mais afinidade. Tal metodologias devem ser introduzidas e priorizadas a fim de colaborar no desenvolvimento pleno das habilidades comunicativas dos sujeitos.

No texto 3, a tese de Lopes (2019), aborda a presença de alunos com TEA surdos, alunos com TEA ouvintes, com Síndrome de Down ou cegueira, nas EMEBS e como os *déficits* relacionados ao transtorno e os desafios derivados da surdez, podem ocasionar dificuldades no desenvolvimento da linguagem e quais estratégias podem ser úteis para lidar com tais desafios no ambiente escolar. A partir disso, a autora traz discussões sobre a formação dos professores, como a adequação para atender às especificidades dos alunos e verifica a opinião desses profissionais, sobre a possibilidade da Libras pode ser um mecanismo de comunicação para público com TEA.

Além de diversas pesquisas com professores, Lopes (2019) busca trazer possíveis formas de Comunicação Alternativa, incluindo a Libras. Em sua pesquisa, a autora reúne um leque de estudos realizados por pesquisadores americanos e britânicos, abordando a Língua de Sinais como CA para crianças surdas e ouvintes com TEA. Nos parágrafos seguintes, traremos alguns recortes desses estudos.

Carr *et al.* (1978 *apud* Lopes, 2019) abordam sobre os sujeitos que não possuem comprometimento motor, auditivo ou visual. Nesse estudo, utilizam o método de comunicação simultânea que normalmente é utilizado no treinamento para a língua de sinais. A comunicação simultânea consiste na transmissão de sinais visuais e auditivos simultaneamente, para quem está aprendendo a língua (Fulwiler e Fouts, 1976 *apud* Lopes, 2019).

Após a análise de estudos envolvendo crianças com autismo não-verbais, Carr *et al.* (1978) afirmaram que existem evidências importantes no sentido dessas crianças se beneficiarem da língua de sinais e atribuíram isso ao aumento da capacidade de reforçar a produção dos sinais nos sujeitos. Para eles, a capacidade para moldar a articulação dos sinais é uma vantagem em relação à fala, uma vez que os articuladores da fala não podem ser moldados.

O treinamento de sinais nesses estudos era visto como um meio para adquirir ou aumentar a linguagem falada, entretanto, de uma maneira geral, os resultados mostram que crianças não-verbais, mesmo depois das intervenções, não adquiriram

a fala, enquanto crianças que possuíam alguma fala funcional antes das intervenções, tiveram resultados satisfatórios de ganhos vocais (Shield, 2010; 2017, *apud* Lopes, 2019).

Além de Carr *et al.* (1978), diversos autores como Fulwiler e Fouts (1976) apontam para o uso da Língua de Sinais como estratégia de comunicação para pessoas com TEA surdas e, apesar da escassez de investigações científicas no Brasil neste campo do conhecimento, em outros países esses estudos já são realizados, sobretudo, nos Estados Unidos. Sendo assim, é visível os benefícios que o ensino da Libras traz para indivíduos que apresentam atraso na fala devido a algum transtorno, neste caso, o TEA.

No texto 4, Silva (2020) traz a importância de buscar mecanismos que sejam chamativos para crianças com TEA e que o diagnóstico precoce é essencial para se pensar nestes mecanismos. A autora traz a Comunicação Suplementar e Alternativa (CSA) como uma estratégia para impulsionar o desenvolvimento do indivíduo frente às dificuldades comunicacionais.

Dentre as estratégias do CSA estão a utilização do Sistema de Comunicação por Troca de Figuras (PECS), da Fala Sinalizada (FS). A FS é um programa que foi desenvolvido para pessoas com necessidades específicas que afetam sua habilidade comunicativa. Se trata do uso simultâneo da fala e de um gesto correspondente, que pode ser uma adaptação do sinal utilizado na Língua de Sinais. A Libras surge então, como uma ferramenta importante para melhorar a comunicação entre as crianças com TEA.

Percebemos, também, a partir da análise da literatura, que há uma necessidade de pesquisas abordando o tema escolhido, especialmente no cenário nacional. Foram encontrados 4 trabalhos acadêmicos com as palavras-chave escolhidas, cada trabalho apresentando metodologias diferentes para a Libras como ferramenta de Comunicação Alternativa (CA) para alunos com TEA.

Conclusões

O presente estudo atingiu seu objetivo de analisar as produções científicas publicadas na base *Google Acadêmico* e BDTD sobre o uso da Libras como forma de Comunicação Alternativa no auxílio de crianças com TEA. Ressaltamos que, também investigamos na SciELO e CAPES, no entanto, não obtivemos resultados ao utilizar os descritores.

Compreendendo as especificidades das crianças com TEA, que nem sempre desenvolvem a linguagem oral de forma plena, mas que tem mais facilidade com o visual, consideramos que a Libras pode ser benéfica devido a sua modalidade gestual-visual e atuar como uma CA, que apresenta um leque gigantesco de possibilidades para auxiliar essas crianças. É possível notar, ao decorrer dessa pesquisa e através dos trabalhos analisados, que a Libras pode sim, ser de grande utilidade e eficácia como instrumento de CA quando bem aplicada por profissionais e/ou familiares, o que corrobora nossa hipótese.

Percebemos então, que dentro do ambiente escolar, é necessário que haja professores qualificados para que pensem além de instrumentos pedagógicos típicos ou até ultrapassados que não atendem às necessidades de determinados alunos. No entanto, compreendemos que a adaptação à CA é um processo que vai além da escola, então, é necessário um esforço conjunto entre professores, diretores, familiares, médicos, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos.

Considerando as recomendações feitas nos estudos analisados, acreditamos ser necessário que mais pesquisadores e profissionais se atentem à área da Comunicação Alternativa e às suas possibilidades, para que outros estudos sejam produzidos e que os conteúdos relacionados à Educação Inclusiva, como a CA e a Libras, sejam trabalhados de forma aprofundada através de minicursos, oficinas e palestras nos cursos de licenciatura, para que os futuros docentes, quando adentrarem no ambiente escolar, saibam como lidar e se adaptar a possíveis desafios, promovendo assim, uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade. Destacamos ainda que o número incipiente de trabalhos sobre essa temática se transforma em potencial e possibilidades para futuras pesquisas que envolvam o uso de libras para crianças com TEA e que estas são de extrema importância para contribuir com a aprendizagem de crianças com TEA.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais DSM III-R**. São Paulo: Manole, 1989. AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Artmed Editora, 2014.

BAUER, D. J.; GOLDFIELD, B. A.; REZNICK, J. S. Alternative approaches to analyzing individual differences in the rate of early vocabulary development. **Applied Psycholinguistics**, v. 23, n. 3, p. 313-335, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/231984925_Alternative_approaches_to_analyzing_individual_differences_in_the_rate_of_early_vocabulary_development. Acesso em: 03 de novembro de 2024.

BRASIL. **Lei no 10.436 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre Língua Brasileira de Sinais. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/abril/lei-que-reconhece-a-libras-como-meio-legal-de-comunicacao-e-expressao-dos-surdos-completa-19-anos>. Acesso em: 03 de novembro de 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 03 de novembro de 2024.

BRASIL. **Lei no 12.764 de 27 de dezembro de 2012**. Institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista. Brasília: 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 03 de novembro de 2024.

BRASIL. **Lei no 13.146 de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 maio 2024.

Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 03 de novembro de 2024.

DELIBERATO, D.; PAURA, A. C.; MASSARO, M.; & RODRIGUES, V. (2006). **Comunicação Suplementar e ou Alternativa no contexto da música: Recursos e procedimentos para favorecer o processo de inclusão de alunos com deficiência.** São Paulo: Unesp. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/264880768_COMUNICACAO_SUPLEMENTAR_E_OU_ALTERNATIVA_NO_CONTEXTO_DA_MUSICA_RECURSOS_E_PROCEDIMENTOS_PARA_FAVORECER_O_PROCESSO_DE_INCLUSAO_DE_ALUNOS_COM_DEFICIENCIA. Acesso em: 03 de novembro de 2024.

DE SOUSA, A. S; DE OLIVEIRA, G. S; ALVES, L. H. **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos.** Cadernos da FUCAMP, v. 20, n. 43, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 03 de novembro de 2024.

DIAS, S. Asperger e sua síndrome em 1944 e na atualidade. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia fundamental.** São Paulo, v. 18, n. 2, p. 307-313, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rllpf/a/9WR3H6wHtdktmJpPkyLcJYs/abstract/?lang=pt>. Acesso em 03 de novembro de 2024.

FERREIRA, P. R; TEIXEIRA, E. V. S; BRITTO, D. B. O. Relato de caso: descrição da evolução da comunicação alternativa na pragmática do adulto portador de autismo. **Revista Cefac**, v. 13, p. 559-567, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/ZssknYvqNFycBhNVZgDcGpN/abstract/?lang=pt>. Acesso em 03 de novembro de 2024.

FIEIRA, J. T. **O desenvolvimento psicosexual na criança com autismo no espaço educativo: um estudo empírico-bibliográfico à luz da psicanálise.** 2017, 202f. Mestrado (educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Francisco Beltrão - PR, 2017. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNIOESTE-1_cd5557e466fca31f6b776f6cec1c118d. Acesso em: 03 de novembro de 2024.

FULWILER, Robert L.; FOUTS, Roger S. Acquisition of American Sign Language by a noncommunicating autistic child. **Journal of autism and childhood schizophrenia**, v. 6, n. 1, p. 43-51, 1976.

GONÇALVES, M.J.; CAPOVILLA, F. C.; MACEDO, E. C.; & DUDUCHI, M. (1997). Fatores relevantes à comunicação alternativa pictorial e semantográfica em paralisia cerebral. **Cadernos das Faculdades Integradas São Camilo**, 3(1), 3-16. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/32307/000785427.pdf?sequen>. Acesso em 03 de novembro de 2024.

GORZIZA AVILA, B; PASSERINO, L. M; TAROUCO, L. M. R. Usabilidade em tecnologia assistiva: estudo de caso num sistema de comunicação alternativa para crianças com autismo. **RELATEC**, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/204003>. Acesso em: 03 de novembro de 2024.

LOPES, B. A. **Não Existe Mãe-Geladeira: Uma análise feminista da construção do ativismo de mães de autistas no Brasil (1940-2019)**. 2019. 291 f. Tese (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEPG_613e5954937b92819d463e838e44edf8. Acesso em: 03 de novembro de 2024.

MENESES, E. A *et al.* Transtorno do espectro autista (TEA) e a linguagem: a importância de desenvolver a comunicação. **Revista Psicologia & Saberes**, v. 9, n. 18, p. 174-188, 2020. Disponível em: <https://revistas.cesmac.edu.br/psicologia/article/view/1221>. Acesso em: 03 de novembro de 2024.

MERGL, M.; AZONI, C. A. S. Tipo de ecolalia em crianças com Transtorno do Espectro Autista. **Revista CEFAC**, São Paulo, v. 17, n. 6, p. 2072-2080, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/39KMSBFmTkdnyKgBqcZLGLm/>. Acesso em: 03 de novembro de 2024.

NUNES, L. R. O. de P. **Modelos Teóricos na Comunicação Alternativa e Ampliada**. (2003). In NUNES L. R. O. de P. (Orgs.). *Comunicação alternativa - favorecendo o desenvolvimento da comunicação em crianças e jovens com necessidades educativas especiais*. Rio de Janeiro: Dunya.

OLIVEIRA, A. M. B. C. **Perturbação do espectro de autismo: a comunicação**. 2009, 101f. Trabalho (Disciplina-Seminário de projeto) - Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, Porto, 2009. Disponível em: <http://repositorio.esepf.pt/handle/20.500.11796/778>. Acesso em: 03 de novembro de 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **CID-10: Classificação Estatística Internacional de Doenças com disquete** Vol. 1. Edusp, 1994.

PELOSI, M. B. **A Tecnologia Assistiva como facilitadora do processo de ensino e aprendizagem: uma parceria do Instituto Helena Antipoff e a terapia ocupacional da UFRJ**. In: ARANHA, G.; SHOLL-FRANC, A. (Orgs.) *Caminhos da Neuroeducação*. Ciência da Cognição, p.35-48. Rio de Janeiro, 2010.

SALES, K. C; ANTONIO, R. E. **Introdução de Libras em adolescente com autismo: relato de caso**, 2014. Disponível em: http://fals.com.br/novofals/revela/REVELA%20XVII/XVII_02.pdf. Acesso em: 03 de novembro de 2024.

SILVA, A. B. B; GAIATO, M. B.; REVELES, L. T. **Mundo singular**. Rio de janeiro: Objetiva, 2012.

SILVA, R. D. M. A Língua de Sinais como possibilidade comunicativa para as pessoas com Down. X Semana de Letras da UAST, 2019.